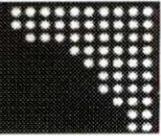




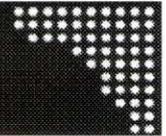
## ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

Às 9 horas e 30 minutos do dia 18 de fevereiro de 2015, estiveram presentes na trigésima terceira reunião da REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA, na sala de reuniões do Ministério Público Federal no Estado da Bahia – MPF-BA, os representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Nicola Espinheira da Costa Khoury e Andréa Galvão; do Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA), Paulo Neves da Rocha; da Controladoria-Geral da União, Antonio Veiga Argollo e Rodrigo Giudice; do Ministério Público Federal (MPF/BA), Melina Flores; da Advocacia Geral da União (AGU), Waldir Santos; da Auditoria Geral do Estado (AGE/BA), Djalmir Freire de Sá; do Ministério Público de Contas do TCE/BA (MP TCE/BA), Danilo Ferreira Andrade; da Receita Federal do Brasil (RFB/BA), Cassius Bahia Machado, da Procuradoria Geral do Estado (PGE/BA), Fabiana Barretto e do Departamento da Polícia Federal (DPF/BA), Fernando Bebert. **Aberta a sessão**, o representante do TCU, Sr. Nicola Khoury, iniciou a primeira reunião do ano lembrando o evento de capacitação realizado em Ilhéus e, em relação à pauta do dia: eleição da Coordenação Executiva e Plano de Ação, ressaltou a importância da participação dos agentes envolvidos e a disponibilidade do TCU em compor a coordenação, hoje formada pelo TCU, TCE, TCM e CGU. Sr. Argollo da CGU enfatizou a importância da alternância, mas considerou que o TCU, por ser o idealizador da Rede e por ter gestores engajados no processo, deveria se manter à frente da Coordenação. Destacou, ainda, a experiência adquirida pelo Sr. Nicola na condução dos trabalhos em 2015. Dessa forma, o seu encaminhamento foi pela reeleição do TCU. A Sra. Melina do MPF concordou com a importância da alternância, mas registrou sua preocupação com a condução da Rede no caso de eventual saída do TCU da Coordenação, votando, assim, pela permanência do TCU. O Sr. Fernando do DPF, declarou estar em período de adaptação, pois as ações da PF têm um caráter repressivo, enquanto as ações da Rede possuem um viés mais preventivo. Diz estar de acordo com a posição da CGU em relação à continuação do TCU na Coordenação da Rede. Neste ponto, a Sra. Andréa do TCU faz a leitura do regimento interno da Rede, enfatizando que a Coordenação da Rede é formada por três órgãos. O Sr. Nicola do TCU complementa, lembrando que atualmente a Coordenação é formada por quatro órgãos parceiros. O Sr. Argollo então declara a disponibilidade da CGU em continuar integrando a Coordenação Executiva. O Sr. Djalmir da AGE sugere a manutenção dos quatro órgãos que hoje compõem a Coordenação. O representante do TCE, Sr. Paulo, declara que a diretriz que recebeu, como participante da reunião, é para a manutenção do TCE na Executiva e concorda, também, com a manutenção do TCU. Com a palavra, o Sr. Waldir da AGU, embora reconhecendo a competência da atual Executiva, resalta a importância da alternância de seus componentes e da participação de um MP na Coordenação. O Sr. Argollo concorda e sugere um contato imediato com TCM, cujo representante não está presente na reunião, para verificar a intenção de sua continuidade na composição da Executiva. O contato foi realizado e o TCM afirma sua disponibilidade em continuar na Coordenação, mas declara apoiar o que for decidido pelos presentes. A Sra. Fabiane da PGE opina também pela manutenção do TCU, sugerindo uma mudança sutil para organizar, pois o que tem sido feito estaria ótimo. A Sra. Melina do MPF aproveita para comunicar que não continuará oficialmente como representante do MPF na Rede e que outro colega ainda será indicado para a

R



função. O Sr. Waldir da AGU, então, sugere a participação do MP de Contas. O Sr. Danilo do MPC/TCE agradece a lembrança, mas informa sua capacidade de assumir tal compromisso, em virtude do quadro reduzido de procuradores em seu órgão. O Sr. Djalmir da AGE sugere a participação da PGE. A Sra. Fabiane da PGE, então, explica a impossibilidade de seu órgão integrar a Coordenação, também em virtude do quadro reduzido e pergunta pelo MPE. A Sra. Patrícia do MPE diz que o órgão está em um período de transição, inclusive em relação ao seu representante na Rede. Afirma a importância da participação do MPE, mas, no momento, considera difícil. O Sr. Rodrigo da CGU e Sra. Melina do MPF destacam que as atividades extras da executiva não seriam muitas, mas um número maior de reuniões, a disponibilização das atas e eventuais representações. Como o MPF e MPE teriam que verificar a disponibilidade de representantes em participar da Coordenação, a eleição ficou adiada para a próxima reunião que já ficaria marcada. **II)** Passou-se, então, à discussão do plano estratégico para a definição do local do próximo evento e sobre as orientações técnicas (OT). Em relação ao último assunto, decidiu-se pela criação de uma comissão formada pelo MPC-TCE, MPF e CGU e que o Sr. Danilo do MPC-TCE ficaria responsável por receber as propostas por e-mail até o dia 8/3/2016. Após a análise, a comissão apresentaria as propostas ao colegiado para deliberação. A Sra. Fabiane da PGE questiona sobre a proposta de OT que já havia apresentado ao grupo e é orientada pelo Sr. Nicola do TCU a apresentar novamente, à comissão criada para o assunto. A Sra. Patrícia do MPE lembra as eleições que acontecerão esse ano e sugere a atuação da Rede em relação às condutas vedadas em anos eleitorais e que o tema seria propício para a criação de uma OT. O Sr. Waldir da AGU pondera que uma OT por semestre, como está colocado no plano operacional seria pouco, mas o Sr. Nicola do TCU esclarece que esse seria um número mínimo para fins de planejamento. **III)** O Sr. Djalmir da AGE informou que houve contato com a Prodeb sobre a construção do site da Rede, mas que a solicitação não foi aprovada de pronto. No entanto, noticia que o Sr. Luís da AGE acha que o problema é contornável e iria se reunir com a empresa novamente. O Sr. Nicola do TCU sugere que seja marcada uma reunião com a Prodeb e representantes da Rede para tratar sobre assunto e enfatiza que para a construção da página é importante a participação da Ascom do MPF que é um setor estruturado, observação que recebe a concordância da Sra. Melina do MPF. **IV)** O Sr. Waldir da AGU pondera que a responsabilidade, em relação às tarefas da Rede, deve ser pessoal, do Representante e não do órgão. A Sra. Patrícia do MPE, pondera que a participação da Rede é do órgão e não da pessoa, e que essa atribuição pessoal das tarefas poderia violar o princípio da impessoalidade. Após breve debate chegou-se à conclusão que não haveria prejuízo se fossem indicados, também, o nome das pessoas como responsáveis. Nesse sentido, o Sr. Cássio da Receita sugere que cada órgão encaminhe para a Rede ofício com o nome do representante e suplente. O Sr. Nicola do TCU propõe, então, que seja encaminhado um ofício da Rede a cada órgão solicitando a oficialização dos representantes e, após a resposta, os nomes indicados fossem colocados no PO, em substituição aos órgãos. O Sr. Waldir da AGU sugere que seja feito contato com a CJU e PGFN, que seriam órgãos independentes da AGU, para participação na Rede. O Sr. Nicola do TCU sugere que o Sr. Waldir da AGU entre em contato com representantes daqueles órgãos para participação em uma próxima reunião, para que assim que fossem avaliados o interesse e a viabilidade da participação no colegiado. **VI)** O Sr. Waldir da AGU sugere a inclusão no plano operacional de uma linha de ação referente à comunicação entre os diversos órgãos da

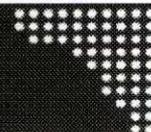


Rede. No que diz respeito à comunicação com as outras Redes, o Sr. Nicola do TCU propõe a inclusão do Sr. Waldir da AGU no grupo de Whatsapp das Redes para implementação da ação. **VII)** A Sra. Melina do MPF sugere que seja eleito um tema específico para atuação da Rede no ano. Dá exemplo do transporte escolar, assunto que é foco dos trabalhos do MPF e da CGU. Pergunta, ainda, se a ação da UPB, que contou com a participação da Rede em 2015, continuará a ser realizada em 2016 e diz ser importante que a Rede continue participando. O Sr. Argollo da CGU sugere uma visita à UPB para reativar o contato e agradecer o espaço que foi concedido. A Sra. Melina do MPF cita como tema importante a atuação dos órgãos da Rede na área de saúde. A Sra. Patrícia do MPE concorda e diz que há vários promotores engajados nos assuntos de saúde. Surge então a ideia da realização de um evento interno apenas para os parceiros da Rede para a apresentação do trabalho conjunto do TCU, TCE e TCM, sobre terceirização dos serviços de saúde, que foi desenvolvido no âmbito da Rede de Controle e que gerou, de forma inédita, um único relatório assinado pelos três Tribunais de Contas. Ficou pré-definida a data de 14/3/2016 e a Sra. Patrícia do MPE, em virtude do interesse do órgão na discussão do assunto, se comprometeu em verificar a possibilidade da realização do evento no auditório do MPE no Centro Administrativo. A organização e os detalhes do evento ficaram, a partir de então, sob a responsabilidade do TCU, juntamente com o MPE. **VIII)** Finalizando, a Sra. Melina voltou a comentar sobre o problema da aplicação dos créditos judiciais relativos ao Fundef recebidos por municípios baianos, ressaltando os pagamentos de honorário advocatícios. Fez, então, a divulgação de release sobre a atuação do MPF em relação ao assunto (anexo). O Sr. Danilo do MPC-TCE comentou que no estado de Alagoas já houve atuação para o bloqueio dessas verbas. **IX)** Encerrando a reunião, deixou-se agendada para o dia 22/3/2016 a próxima reunião da Rede. Essa ata vai assinada por mim, Andréa F. de C. Galvão, que a lavrei, e pelos demais presentes na reunião.

Nicola Espinheira da Costa Khoury

Andréa F. de C. Galvão

Antônio Veiga Argollo



---

Melina Flores

---

Rodrigo Guidice

---

Paulo Neves da Rocha

---

Patrícia Medrado

---

Cassius Bahia Machado

---

Fabiana Barretto

---

Djalmir Freire de Sá

---

Danilo Andrade



---

Waldir Santos

---

Fernando Bebert

## MPF acompanha recebimento e aplicação de créditos judiciais relativos ao Fundef por municípios baianos



Valores recebidos em processos contra a União devem ser aplicados exclusivamente nas áreas de ensino e valorização do magistério; caso está relacionado ao repasse de verbas do Fundef

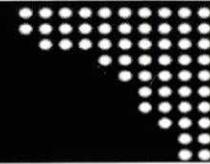
Com base na informação de que vários municípios brasileiros teriam recebido créditos judiciais relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (*Fundef*), após ganho de causa em ação movida contra a União, as unidades do Ministério Público Federal em Alagoinhas, Jequié e Guanambi (MPF/BA) instauraram preventivamente inquéritos civis para acompanhar o caso em cidades de suas respectivas jurisdições.

Os inquéritos acompanham o recebimento e o destino de valores recebidos pelos municípios em ações ajuizadas contra a União, buscando diferenças de repasses federais para o antigo Fundef (atual Fundeb). Os valores referentes ao ganho das causas devem ser aplicados exclusivamente em ações de desenvolvimento e manutenção do ensino, em atenção ao art. 2º da Lei 9424/96, que dispunha sobre o Fundef. Caso os créditos sejam utilizados para outras finalidades, pode ficar caracterizada improbidade administrativa, e os gestores podem vir a responder a ações judiciais.

Além de requisitar esclarecimentos às prefeituras sobre o recebimento e aplicação das verbas, o MPF busca, ainda, informações sobre os honorários advocatícios gastos com a ação movida, já que as despesas com advogados, como também foi verificado em outras localidades, chegaram a 20% do valor da causa – percentual que, muitas vezes, ultrapassa o montante de R\$ 1 milhão – em um processo considerado pouco complexo.

Confira quais cidades ficam sob as jurisdições de Alagoinhas, Jequié e Guanambi visitando as respectivas páginas das unidades do MPF.

Assessoria de Comunicação  
Ministério Público Federal na Bahia  
Tel.: (71) 3617-2295/ 2296/2474/ 2200  
E-mail: prba-ascom@mpf.mp.br  
[www.twitter.com/mpf\\_ba](http://www.twitter.com/mpf_ba)



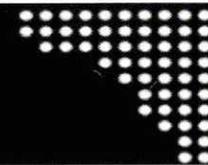
33ª REUNIÃO ORDINÁRIA -

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
✓ NICOLA KHOURY	TCU	3617-6800	NICOLAACK@TCU.GOV.BR	
✓ ANDRÉA GALVÃO	TCU	3617-6800	ANDREAFC@TCU.GOV.BR	
✓ ANTONIO V. ARELLUO	CEU	99973-8259	ANTONIO.V.NESO@CEU.EC.GO.SN	
✓ Melina Fleury	MPF	98228-8620	melinfleury@hotmail.com 	Melina
✓ Rodrigo Giudice	CGU	993050150	rodrigo.chagas@ cgu.gov.br	Roguidice
✓ PAULO NUNES DA COSTA	TCE	31154640	PR@TCE.PA.GOV.BR	
PATRICIA NEGRADO	MP/BA	31036827	PLATHY@MP/BA.MP.BR	



**Rede de Controle da Gestão Pública**  
Construindo parcerias para o controle público efetivo



33ª REUNIÃO ORDINÁRIA -

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
✓ CASSIUS BAHIA MACHADO	RFB	3507-4994	cassius.machado@receita.fazenda.gov.br	
✓ FABIANA M <sup>rs</sup> F. S. BARRETO	PGE-BA	3115-0553	fabiama.barretto@pge.ba.gov.br	Fabiana Maria S. Barreto
✓ DIALMIR FREIRE DE SI	AGE	3115-2448	DFREIRE@SEFAZ.BA.GOV.BR	
✓ DANILO ANDRADO	MPC/BA	3115-4582	DANILO.ANDRADE@MPC.BA.GOV.BR	
✓ FERNANDO BARBENT	DPF	99711-1411 3319-000	FERNANDO.Fbb@DPF.GOV.BR	
✓ WALDIR SANTOS	AGU	991368080	WALDIR@MESA.ORG.BR	